



UNILAB

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**ATUAÇÃO DOS GESTORES EM RELAÇÃO A VULNERABILIDADE SO-
CIAL DOS ALUNOS: ESTUDO DE CASO NA ESCOLA E.M.E.F AZARIAS FER-
NANDES**

MARIA NOIMA DO NASCIMENTO

REDENÇÃO

2021

MARIA NOIMA DO NASCIMENTO

**ATUAÇÃO DOS GESTORES EM RELAÇÃO A VULNERABILIDADE SOCIAL DOS
ALUNOS: ESTUDO DE CASO NA ESCOLA E.M.E.F AZARIAS FERNANDES**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Administração Pública na modalidade a distância, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Orientadora: Prof.^a Emilly Albuquerque

REDENÇÃO

2021

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte

-

Nascimento, Maria Noima do.

N193a

Atuação dos gestores em relação a vulnerabilidade social dos alunos: estudo de caso na escola E.M.E.F Azarias Fernandes / Maria Noima do Nascimento. - Redenção, 2021.

53f: il.

Monografia - Curso de Administração Pública, Instituto de Educação à Distância, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2021. Orientador: Profa.

Emilly Albuquerque.

1. Educação - Aspectos sociais. 2. Gestores públicos.
3. Estudantes - Condições sociais. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 370.115

MARIA NOIMA DO NASCIMENTO

ATUAÇÃO DOS GESTORES EM RELAÇÃO A VULNERABILIDADE SOCIAL DOS ALUNOS: ESTUDO DE CASO NA ESCOLA E.M.E.F AZARIAS FERNANDES

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração pública, na Universidade de Integração Internacional da Lusofonia afro-brasileira, UNILAB.

Aprovado em: 12/06/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Mestre. Emilly Albuquerque (Orientadora)

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof.^a Doutora. Cristiane Martins de Souza

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^o Mestre. Lucas Dias Machado

Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me dá forças, coragem, saúde e perseverança de nunca desistir, para chegar até aqui e esse sonho torna-se realidade.

Aos meus pais Antônia e Aurivan que me deram apoio incentivo na hora que precisei, por todos os valores que me transmitiram, em especial a minha mãe por todo o amor, carinho e dedicação que me fez construir o caráter da pessoa que me tornei, sempre esteve ao meu lado me dando o seu apoio incondicional para eu seguir essa caminhada.

Aos professores que fizeram parte da minha formação educacional, desde a educação infantil até agora em minha graduação, por todos os seus conhecimentos repassados, em especial a minha orientadora, Professora Emilly Albuquerque, que me acompanhou e me deu auxílio necessário para a realização e conclusão deste trabalho.

Aos profissionais que reservaram um pouco de seu tempo para me conceder a entrevista para a realização desse trabalho

Aos colegas de turma e todos os meus amigos(as) que estiveram presente na minha vida, me ajudando e torcendo por mim, que sempre estiveram ao meu lado acreditando que eu era capaz, e sempre prontas a me ajudar quando necessário, que em meio ao desespero, ao medo, sempre tinha uma palavra de otimismo.

“Existe o risco que você não pode jamais correr, e existe o risco que você não pode deixar de correr”.

(Peter Drucker)

RESUMO

Dentre as inúmeras dificuldades encontradas na área da educação, a vulnerabilidade social dos alunos mostra-se um que dificulta o atingimento das metas de alfabetização, inclusão social e empregabilidade. Em busca de soluções para a problemática, a pesquisa focou na atuação dos profissionais que atuam na Administração Escolar, muitas vezes esquecidos, considerando que não atuam diretamente na parte pedagógica, mas que conhecem de perto a realidade dos alunos. Em termos teóricos a pesquisa fundamentou-se em autores que discutem a educação e a gestão escolar, destacando-se Campos (1979), Fonseca (1995) e na Administração Escolar Formiga (2002) e Vasconcelos (1995). No que se refere à metodologia, o estudo é caracterizado quanto aos procedimentos por ser uma pesquisa de campo e estudo de caso, em que os resultados foram obtidos através da realização de uma entrevista com as coordenadoras da instituição, sendo possível constatar a existência de boas práticas de administração escolar por parte dos gestores da escola, tais como o acompanhamento dessas crianças e a realização de atividades de conscientização voltados aos valores, direitos e deveres de cada cidadão dentro de uma legislação democrática. Com a pesquisa notou-se, que existem muitas crianças em situação de vulnerabilidade social, essas dificuldades que se iniciam com a locomoção até a escola, encontram-se em lares instáveis e não tem um suporte familiar para um bom desenvolvimento educacional. Essas crianças, que são oriundas de comunidades vulneráveis, apresentam uma dificuldade bem maior em relação as outras crianças, dificuldades estas já apresentadas em sala de aula, as quais aumentaram com a implementação do ensino remoto devido o atual contexto que vivenciamos.

Palavras-chave: Educação; vulnerabilidade; políticas públicas

ABSTRACT

Among the many difficulties encountered in the area of education, the social vulnerability of students is one of the problems that makes it difficult to achieve the goals of literacy, social inclusion and employability. In search of solutions to the problem, the research focused on the performance of the professionals who work in the School Administration. In theoretical terms, the research was based on authors who discuss education, with emphasis on Campos (1979), Fonseca (1995) and on Administration School Farmiga (2002) and Vasconcelos (1995). With regard to the methodology, the study is characterized as to the procedures as it is a field research and case study, in which the results were obtained through an interview with the coordinators of the institution, being possible to verify the existence of good school administration practices, such as monitoring these children and carrying out awareness activities focused on the values, rights and duties of each citizen within a democratic legislation. With the research, it was noticed that there are many children in a situation of social vulnerability, these difficulties that begin with locomotion to school, are found in unstable homes and do not have family support for a good educational development. These children, who come from vulnerable communities, have a much greater difficulty in relation to other children, difficulties that are already presented in the classroom, which have increased with the implementation of remote education due to the current context in which we live.

Keywords: Education; vulnerability; public policy

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	DIREITO A EDUCAÇÃO	11
2.1	História da Educação	11
2.2	Gestão Escolar	12
2.3	Vulnerabilidade Escolar	13
2.4	Dificuldade em Aprendizagem	16
2.5	Educação Como Direito das Crianças e Adolescentes	17
3	ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR	20
3.1	O Administrador e o Planejamento Educacional	21
3.2	A Administração e a Legislação de Ensino	24
3.3	O Desenvolvimento do Trabalho em Administração Escolar	27
4	METODOLOGIA	31
4.1	Público Alvo	32
4.2	Caracterização	32
5	RESULTADOS E DISCUÇÃO	34
5.1	Situação de vulnerabilidade das crianças e as possíveis providências do gestor público	34
5.2	As dificuldades de aprendizagem em crianças em situação de vulnerabilidade	36
5.3	Boas práticas de administração escolar para amenizar as dificuldades escolares diante da vulnerabilidade	37
5.4	A atuação do administrador para contribuir com o bom funcionamento das escolas.	39
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
	REFERÊNCIAS	45
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	48
	ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	50

1 INTRODUÇÃO

O assunto abordado no trabalho é a educação, com ênfase nas ações administrativas que poderão ser promovidas no ambiente escolar para amenizar prejuízos decorrentes da vulnerabilidade social. Para tanto, uma análise do contexto histórico da educação desde sua origem até a atualidade é relevante para a compreensão de que, crianças inseridas em uma situação vulnerável tem menos oportunidades de ter acesso à educação, muitas vezes são excluídas pela sociedade, vivem sem recursos, não tendo uma moradia de qualidade, não tendo uma boa alimentação e nem uma boa saúde, daí a importância da intervenção da administração pública para tentar amenizar esses fatores (FONSECA, 1995).

Como a escola é um espaço social em que diversos profissionais, de áreas afins, estão inseridos em um mesmo contexto, pretende-se estudar as ações e fatores na área da administração e da gestão que amenizariam os efeitos da vulnerabilidade, em busca do cumprimento do primado da eficiência, princípio norteador de toda a Administração Pública.

Nas escolas onde existe um diálogo entre alunos e gestão existe o estímulo à comunicação, o que interfere positivamente no aprendizado e no amadurecimento desses alunos enquanto cidadãos (RAMIREZ; CRUZ, 2009). Nesse sentido, questionamo-nos se esse diálogo deve ser apenas entre o corpo pedagógico ou se pode ser também de responsabilidade da gestão administrativa escolar.

Para Adorno (2001), a expressão “vulnerabilidade” sintetiza a ideia de uma maior exposição e sensibilidade de um indivíduo ou de um grupo aos problemas enfrentados na sociedade e reflete uma nova maneira de olhar e de entender os comportamentos de pessoas e grupos específicos e sua relação e dificuldades de acesso a serviços sociais como saúde, escola e justiça.

É certo que existem inúmeros fatores que contribuem para o grande número de crianças inseridas nesse contexto social, sendo um deles a fragilização dos vínculos afetivos. Assim, buscou-se abordar neste trabalho os diversos fatores que influenciam na aprendizagem das crianças que estão em situação vulnerável, pois estas não têm muitas oportunidades de ir à escola e ter uma boa formação escolar. Muitas delas não são nem inseridas na escola e muitos daquelas que estão na escola tem bastante dificuldade principalmente em matemática e língua portuguesa.

Sabemos que crianças que vivem em situação de vulnerabilidade são afetadas não somente sua vida social, mas também a aprendizagem, observando-se que as más condições

que uma criança vive afeta diretamente sua vida pessoal e não somente no âmbito educacional, gerando assim uma grande desigualdade social entre os membros da sociedade.

Essa vulnerabilidade é algo bastante discutido na realidade, ou seja, muitas das instituições de ensino sofrem com isso e tenta buscar possíveis soluções com ajuda de ações, mas mesmo assim por si só não conseguem, pois é uma indagação bastante agravante e delicada, estando direcionadas as crianças (FONSECA 1995).

A escolha do tema deu-se devido à necessidade de estudos sobre a participação dos gestores escolares, investigando como práticas administrativas podem colaborar na atuação dos docentes, mesmo diante das dificuldades e quais metodologias eram utilizadas/aplicadas no ensino.

Em busca de resultados mais objetivos na pesquisa, fez-se um estudo de caso. Percebe-se que no município de Piquet Carneiro, a escola Municipal de Ensino Azarias Fernandes existe muitas crianças em situações de vulnerabilidade, trazendo consigo a necessidade de considerar o impacto das condições de vida no processo educacional.

A escolha se justifica ainda pelo interesse em saber se as crianças que se encontram nessa situação são prejudicadas em seu aprendizado, se elas são impossibilitadas de usufruir dos benefícios ofertados pela escola, se elas se situam nesse meio, se tem acompanhamento no seu desenvolvimento educacional e se os docentes percebem essas desigualdades existentes entre cada uma das crianças e qual o papel do gestor público.

A escolha da referida instituição de ensino deu-se devido a escola ser localizada na cidade que residio facilitando assim a coleta de dados, bem como ter conhecimento de um trabalho em excelência executado pelas profissionais da mesma, no qual atuam de forma ativa meio as vulnerabilidades, compreendendo que tais problemáticas influenciam no processo de ensino dos educandos.

Por meio de um estudo de caso junto a escola será possível constatar se os alunos oriundos de comunidades vulneráveis têm mais dificuldades em relação ao aprendizado, por conta da sua real situação e quais as práticas administrativas que deverão ser promovidas. Portanto, questiona-se, quais as práticas administrativas poderiam ser introduzidas para amenizar os efeitos dessas vulnerabilidades? Qual a figura mais importante dentro de uma instituição de ensino? A princípio, a resposta é o professor ou mesmo nos alunos. Porém, qual a função dos administradores escolares dentro desse contexto?

O objetivo geral é analisar a atuação dos gestores escolares considerando o contexto de vulnerabilidade das crianças no ensino público.

Os objetivos específicos são:

- Identificar a existência de dificuldades de aprendizagem em crianças em situação de vulnerabilidade.
- Investigar as boas práticas de administração escolar para amenizar as dificuldades escolares diante da vulnerabilidade.
- Compreender a atuação do administrador para contribuir com o bom funcionamento das escolas.

Após a introdução, pretende-se abordar dois aspectos no referencial teórico: Educação e Administração Escolar. Inicialmente será feita uma abordagem acerca da história da educação, da gestão escolar e da vulnerabilidade que os alunos de escolas públicas possuem e que podem dificultar a aprendizagem. Em seguida, ainda no referencial teórico, pretende-se abordar aspectos da Administração Escolar, buscando soluções que visem amenizar os prejuízos da vulnerabilidade no aprendizado. Após a apresentação da metodologia será realizado um estudo de caso visando demonstrar as estratégias utilizados pelos profissionais administrativos na escola.

2 DIREITO À EDUCAÇÃO

Inicialmente, far-se-á uma abordagem acerca da educação no País, que surge no art. 6º da Constituição Federal Brasileira de 1988 como direito social, dever do Estado, garantido a todos indistintamente e de forma gratuita.

2.1 História da educação

A história da educação é dividida por fases e as principais são: Evolução Primitiva, que apesar de não existir provas os historiadores inferem que existia educação entre os povos primitivos, onde está educação acontecia espontaneamente. Conforme os séculos iam passando os fenômenos meteorológicos, alguns rituais sagrados e a preparação para a guerra passaram a fazer parte da educação dos jovens, que para isso precisavam ser treinados (ARANHA, 1989).

Na Educação Oriental, a educação era desenvolvida por povos civilizados, conforme o tempo ia passando a educação tornou-se algo que era feito com um propósito. A organização social que se estabeleceu naquela época levou a criação de várias escolas, em alguns países orientais crianças de 6 a 7 anos já frequentavam a escola onde aprendiam a ler e a escrever (ALVES, 2012).

A Educação Medieval começou a se desenvolver na época em que o cristianismo alcança toda a Europa (V-XV d.C.), naquela época o que dominava era o dogmatismo, ou seja, que somente os grupos religiosos afirmavam conhecer a verdade. Sendo assim a educação intelectual e científica ficaram de lado, e o latim era a única língua empregada.

No período da Renascença foi criada a educação humanista, esta educação era uma nova visão do conhecimento greco-romano, onde a disciplina era autoridade predominante deixa o espaço ao desenvolvimento livre e crítico. E as matérias científicas retornam ao currículo.

No século XVI surge a reforma religiosa, tendo como resultado uma educação cristã reformada tanto católica como protestante. A educação católica teve um grande marco que foi o movimento contra a reforma. Com base na filosofia e nas ciências de Galileu, Copérnico, Newton e Descartes, as chamadas ciências novas, a educação realista dá início aos métodos da Educação Moderna (MONROE, 1979).

Baseados nas ideias de Jean-Jacques Rousseau, a educação naturalista teve influência decisiva para a educação moderna, onde a criança deixou de ser vista com miniatura de um adulto, pois por muito tempo a criança era vista assim, não tinha vez nem voz. Passando a ser vista como um ser em desenvolvimento. Enfim surgiu uma educação integral onde atende vários aspectos. Porém, para Rousseau (1999, p. 122), deveria ter apenas um educador para cada aluno.

Com a Revolução Francesa, deu-se a origem de que o estado seria o responsável pelo estabelecimento da escola primária universal gratuita obrigatória. Atualmente fala-se em educação democrática onde, na maioria dos países, pelo menos a educação primária seja universal gratuita e obrigatória.

Já na Idade Média, a educação ficou a cargo da Igreja, sendo só para os membros do clero, e em 789 todo mosteiro tinha uma escola. Na época os professores não faziam nenhum tipo de curso para dar aula, esta situação foi mudada no século XIX. No Brasil o sistema de ensino era dominado pelos Jesuítas, no século XVIII surgiram os educadores profissionais, a primeira escola do Brasil foi fundada em 1835, na cidade de Niterói, no Rio de Janeiro (TEXEIRA, 2005).

2.2 Gestão escolar

A Administração Pública surge como uma estrutura competente para implementar os deveres do Estado, atuando em prol da sociedade e efetivando os direitos sociais. Já a Administração Pública voltada para a educação é bastante relevante, pois as escolas têm todo o seu trabalho uniformizado e controlado pelos órgãos administrativos centrais e também pelos órgãos técnicos centrais. A educação é um cultivo individual onde cada escola possui suas qualificações cujo objetivo é sempre o mesmo, educar os alunos (TEXEIRA, 2005).

A gestão escolar das escolas públicas apresenta grande importância como mecanismos de melhoria da qualidade e desenvolvimento da Educação, pois os ensinamentos oferecidos são tidos como o melhor meio de compreender e impulsionar a transformação da sociedade seja com desigualdades ou problemas sociais.

A educação brasileira surge como um novo conceito: gestão da escola, que substituiu o enfoque limitado de administração escolar a partir da compreensão de que os problemas educacionais são complexos e demandam uma ação articulada e conjunta na separação das dificuldades do cotidiano escolar (VIEIRA; BUSSOLUTTI, 2018).

Lück relata que:

A gestão escolar constitui uma dimensão e um enfoque de atuação em educação, que objetiva promover a organização, a mobilização e a articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para garantir o avanço dos processos sócio educacionais dos estabelecimentos de ensino, orientados para a promoção efetiva da aprendizagem dos alunos, de modo a torná-los capazes de enfrentar adequadamente os desafios da sociedade complexa, globalizada e da economia centrada no conhecimento (LÜCK, 2009, p.24).

Entende-se que a gestão escolar sob essa nova perspectiva surge como orientação e liderança competente, exercida a partir de princípios educacionais democráticos e como referencial teórico para a organização e orientação do trabalho em educação. O gestor escolar sob esse novo paradigma passa a atuar de forma mais dinâmica, comprometido com os destinos da instituição escolar (VIEIRA; BUSSOLUTTI, 2018).

2.3 Vulnerabilidades escolar

No contexto da vulnerabilidade em relação as crianças na escola é algo bastante discutido pois mostra a situação dessas crianças, suas dificuldade sobre isso e no contexto do geral as pessoas que estão em situação de vulnerabilidade são muitas vezes excluídas pela sociedade, existindo vários fatores que apontam que um indivíduo ou um determinado grupo de pessoas estejam nesta situação, dentre eles estão: a desnutrição, falta de saneamento básico, moradia de má qualidade e muitas vezes estão expostos a diversos problemas sociais, pela falta de assistência de recursos, vivem em uma situação delicada e precária.

Muitas dessas crianças em situações de vulnerabilidade trazem consigo a necessidade de considerar o impacto das condições de vida no processo educacional. A escola atualmente é considerada como um espaço social onde as crianças que a frequentam passa a maioria do seu tempo. É nesse espaço que as crianças e adolescentes tem uma formação não só em conteúdo educacional, mas também de valores e crenças e de relacionamento interpessoal.

Para atender um nível maior de bem-estar está ligado diretamente com a capacidade que o indivíduo ou grupo social tem de se relacionar com o sistema de oportunidades oferecido pela sociedade, Estado e mercado. Com isso os recursos e as habilidades desse grupo são insuficientes ou inadequados quando pessoas incluídas nesse contexto social não possui a capacidade de lidar com esse sistema.

Desde muito jovens as pessoas se veem como incapazes, desvalorizadas sem nenhum reconhecimento pela sociedade. Essas questões todas devem ser analisadas nessa situação de vulnerabilidade. A situação no modo geral da juventude brasileira apresenta desafios e vem se agravando cada vez mais com a dificuldade de ter acesso a uma Educação de qualidade. Diante disso é possível notar que hoje em dia no sistema socioeconômico, diferentes dispositivos de marginalidade são produzidos.

Existem componentes importantes para avaliar as condições de maior ou de menor vulnerabilidade social, individual ou coletiva. Entre esses componentes podem ser citados: o acesso aos meios de comunicação, a escolarização, a disponibilidade de recursos materiais, a autonomia para influenciar nas decisões políticas e a possibilidade de enfrentar barreiras culturais e de estar livre de coerções violentas ou poder defender-se delas. O conceito de vulnerabilidade ele foi criado com o objetivo de ampliar a análise dos problemas sociais, ultrapassando o identificador renda ou a posse de bens materiais da população em geral.

O conceito está vinculado às concepções do Estado de Bem-Estar Social. Nos últimos anos é crescente a utilização da expressão vulnerabilidade, pois percebe-se que essa expressão é usada em famílias em situação de riscos, famílias pobres, famílias de baixa renda, famílias de camadas populares entre outros (PRATI; COUTO; KOLLER, 2009). O estudo dessa expressão tem como foco: famílias que se apresentam vulneráveis por estarem fragilizadas e suscetíveis a fatores de riscos. Prati, Couto e Koller (2009), p.404) definem vulnerabilidade como:

A vulnerabilidade social pode ser expressa no adoecimento de um ou vários membros, em situações recorrentes de uso de drogas, violência doméstica ou outras condições que impeçam ou detenham o desenvolvimento saudável desse grupo. Vulnerabilidade social é uma denominação usada para caracterizar famílias expostas a fatores de risco, sejam de natureza pessoal, social ou ambiental, que coadjuvam ou incrementam a probabilidade de seus membros virem a padecer de perturbações psicológicas (PRATI; COUTO; KOLLER, 2009).

Uma das características dessa camada é a baixa escolaridade. A escola é posta de lado já que a necessidade de renda é vista como maior e imediata. Todavia, entende-se que a educação pode contribuir vastamente para a conquista de uma melhor condição social. Nas Diretrizes Curriculares Nacionais a educação está definida como princípio indispensável ao exercício da cidadania (SOARES, 2002), de modo que sem a educação, dificilmente essa população vulnera conseguirá formar pessoas que exerçam seu papel de cidadãos, capazes de se manifestar em prol de seus direitos.

Estar em situação de vulnerabilidade é mais abrangente que estar em situação de pobreza, pois se refere à condição de não possuir ou não conseguir usar ativos materiais e imateriais que permitiriam ao indivíduo ou grupo social lidar com a situação de pobreza. Dessa forma, os lugares vulneráveis são aqueles nos quais os indivíduos ou grupos sociais enfrentam riscos e a impossibilidade de acesso a serviços e direitos básicos de cidadania, como condições habitacionais, sanitárias, educacionais, de trabalho e de participação e acesso diferencial à informação e às oportunidades oferecidas de forma mais ampla àqueles que possuem essas condições. Para Rodríguez (2000), a vulnerabilidade, ao mesmo tempo em que está ligada às vantagens e desvantagens sociais na forma de ativos e oportunidades, é reflexo e produto da pobreza.

Entretanto, e por tratar-se da relação com o desempenho escolar, não seria possível passar por essa discussão sem pensarmos em como a instituição (escola) está colocada e/ou se coloca no interior desse fenômeno. Dessa forma, percebemos como promissores os estudos voltados à noção de “efeito-escola”, a qual se preocupa em identificar como as escolas podem fazer a diferença para o desempenho dos estudantes.

Com o surgimento da linguagem, a educação ajuda na sobrevivência do homem permitindo que, o homem possa repassar suas habilidades e seus conhecimentos de geração a geração. Mas durante muitos séculos não existiam professores, onde as informações eram repassadas de forma oral e espontânea. Mas hoje em dia existem professores de diversos setores e áreas, bem capacitados e possui o nível acadêmico excelente, mas essa vulnerabilidade acaba excluído muitas das crianças que poderiam ter acessos a essas estruturas, professores entre outros benefícios. Essa problemática está atualmente a cada dia aumentando diminuindo assim o acesso das crianças na escola.

Até a década de 1990 predominou na literatura a análise das vulnerabilidades sob a perspectiva econômica, considerando que este fator levaria à diminuição de oportunidades e conseqüentemente à redução das chances de acesso a bens e serviços (SEMZEZEM; ALVES, 2013).

Segundo Brasil (2012), a vulnerabilidade está relacionada à capacidade de contenção das forças que afetam o bem-estar da pessoa, família ou comunidade, ou seja, ao controle de ativos, incluindo recursos físicos, como moradia, bens duráveis e poupança; humanos, como trabalho, saúde e educação; e sociais, como redes de contatos e acesso à informação. Para avaliar a condição de vulnerabilidade há que se considerar, portanto, a entrada e permanência do

indivíduo no mercado de trabalho, a fragilidade de suas interações sociais e o nível de qualidade e acessibilidade aos serviços públicos.

A vulnerabilidade das famílias no Brasil é marcante na história e continua presente na atualidade. A fim de solucionar este problema, diversas políticas públicas têm sido propostas (STACCIARINI, 2013).

A vulnerabilidade não representa uma sequência de acontecimentos lineares e sim interativos, repetitivos, onde permite que as consequências sejam alternadas, tanto para o fortalecimento quanto para o enfraquecimento, dependendo da maneira que a família enfrentar a situação (PETTENGILL; ANGELO, 2005)

A vulnerabilidade social entre os meios sociais, educacionais e psicológicos, isto é, são famílias em situações de risco, famílias pobres que vivem em situação precária que apresentam essa vulnerabilidade, essa vulnerabilidade pode estar presente em uma única família ou em uma comunidade inteira a mesma se caracteriza também pela impossibilidade de modificar a condição atual em que se encontra muitos em condições precárias, no que diz respeito à alimentação, higiene, educação e saúde. A escola é tida como um local onde as crianças e adolescentes possam maior parte do tempo e além da família a instituição exerce forte influência no desenvolvimento de crianças e adolescentes, a escola e a família permitem a humanização, educação, construção da Autonomia e também a forma de pertencer a um grupo social (CARARA, 2016).

A escola fica paralisada, fragilizada diante das situações adversas que enfrenta (PEREIRA, 2009). Com relação a escola, deve-se favorecer a sua articulação com a família e sensibilizar os educadores para que atuem como agentes facilitadores da integração da criança e do adolescente em situação de abrigo no contexto escolar.

2.4 Dificuldades em aprendizagem

De acordo com Fonseca (1995) a dificuldade de aprendizagem vem desde antigamente, no século XII e XIV a criança entrava na escola aos treze anos de idade, historicamente falando a sociedade passou por diversas transformações. No século XVI os jesuítas estabeleceram os ingressos na escola aos sete anos, são as classes que tinha um nível mais alto que podiam estudar.

Essa dificuldade encontra-se em diversos fatores que podem ser desmotivação falta de estímulo fome de estrutura familiar problemas pessoais tudo isso afeta o aprendizado da

Criança e do Adolescente prejudicando assim o seu desenvolvimento na escola e no meio social em que vive.

De acordo com Campos

A aprendizagem envolve o uso e o desenvolvimento de todos os poderes, capacidades, potencialidades do homem, tanto físicas, quanto mentais e afetivas, isto significa que aprendizagem não pode ser considerada somente como um processo de memorização ou que emprega apenas o conjunto das funções mentais ou unicamente os elementos físicos ou emocionais, pois todos estes são aspectos necessários. (Campos, 1979, p.33).

Portanto, a vulnerabilidade afeta o aprendizado da Criança e do Adolescente de maneira a prejudicar o seu desenvolvimento e equilíbrio, pois para que haja aprendizado necessário a criança tem que ter uma boa alimentação, saúde física e mental precisa ter também motivação, afetividade, entre outros.

No início de 2020, a educação passou por várias mudanças por ser marcada pela pandemia Covid-19, que atinge principalmente o trato respiratório e se dissemina por gotículas, e o distanciamento social é tomado como medida preventiva para reduzir sua transmissão. Algumas instituições, incluindo escolas foram fechadas, para evitar a propagação do vírus.

A forma que as instituições de ensino encontraram para continuar com as aulas foi a implementação do ensino remoto, (aulas online através de ferramentas digitais), momento imprevisível imposto pela pandemia, o qual os profissionais da educação vêm se adaptando, se aprimorando e se reinventando a esse novo modelo de ensino, superando os imensos desafios impostos pela pandemia esse cenário vem dificultando ainda mais o aprendizado das crianças que se encontram em uma situação de vulnerabilidade social pois muitos não têm acesso à internet.

Diante do fechamento de escolas por causa do novo coronavírus, instituições de ensino e estudantes precisaram se adaptar ao ensino online. E uma pesquisa feita pela Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED) sobre as atividades remotas na educação durante a pandemia mostra que essa adaptação não tem sido fácil. De acordo com o levantamento, 67% dos alunos se queixam de dificuldades em estabelecer e organizar uma rotina diária de estudos. O levantamento, feito entre agosto e setembro com 5.580 estudantes, professores, pais e/ou responsáveis e dirigentes de instituições de ensino públicas e privadas do País, mostra que 60,5% dos estudantes participam de quase todas as atividades do gênero oferecidas pela escola, mas 72,6% consideram que o estudo remoto é pior na comparação com as aulas presenciais. A

opinião é compartilhada por parte dos pais e responsáveis, com 51,5% afirmando que essa forma de ensino é pior. (OKUMURA, 2020).

2.5 Educação como direito das crianças e adolescentes.

Conforme já exposto anteriormente, o direito à educação é garantido a todos no País, indistintamente e de forma gratuita. Entretanto, nem sempre foi assim. O primeiro documento internacional que garantiu direitos das crianças e adolescentes como um todo foi a Declaração de Genebra, promovida pela Liga das Nações em 1924. Porém, o grande reconhecimento quanto à educação foi adotado com a Declaração Universal dos Direitos da Criança, proveniente da Organização das Nações Unidas e aprovado em 1959. O referido documento estipulou, de forma coercitiva, a exigência de proteção aos direitos das crianças em diversas áreas, incluindo a educação.

Nesse contexto, a Constituição Federal Brasileira de 1988 incorporou referidas garantias em dois capítulos específicos: Direitos e Garantias Fundamentais e Ordem Social.

Considerando que a declaração do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) foi um importante ordenador jurídico para a defesa dos direitos da infância e juventude, especialmente com inovações no campo de atuação do Ministério Público (MP) para a garantia do direito da criança e do adolescente, e incluindo nesse conjunto o direito à educação, definiu-se como período de análise das decisões a partir de sua implantação. Contribuiu para essa escolha o fato de o ECA ser utilizado como um dos principais fundamentos legais nas ações judiciais versando sobre o direito à educação (OLIVEIRA, 2007; SILVEIRA, 2009).

No ordenamento jurídico brasileiro, os direitos educacionais receberam proteção jurídica diferenciada, com especificação do seu conteúdo e formas de exigibilidade, ao considerar o ensino obrigatório como direito público subjetivo. Essa norma jurídica possibilita ao indivíduo "transformar a norma geral e abstrata contida num ordenamento jurídico em algo que possua como próprio" (DUARTE, 2004).

Segundo Wilson Donizete Liberati (2004), por "absoluta prioridade" entende-se que a criança e ao adolescente "deverão estar em primeiro lugar na escala de preocupação dos governantes", e desta forma:

na área administrativa, enquanto não existirem creches, escolas, postos de saúde, atendimento preventivo e emergencial às gestantes, dignas moradias e trabalho, não se deveriam asfaltar ruas, construir praças, sambódromos, monumentos artísticos, etc., porque a vida, a saúde, o lar, a prevenção de doenças são mais importantes que as obras de concreto que ficam para demonstrar o poder do governante. (LIBERATI, 2004, p. 18-9).

Como direito, a educação atingiu tanto o pacto federativo quanto a organização pedagógica das instituições escolares. Esse papel o é como tal porque à educação lhe é imanente o de ser em si um pilar da cidadania e o é inda mais por ter sido destinado à educação básica o condão de reunir as três etapas que a constituem: a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio (CURY, 2008).

Observa-se que a Educação é um direito de todas as pessoas, independente de classe social todos tem direito sejam crianças ou adolescentes de forma gratuita, pois é um direito das pessoas como cidadãos aprender e esse aprendizado dá-se na escola em sala de aula, a Educação é o meio pelo qual qualifica as pessoas para o mercado de trabalho e também facilita o convívio em sociedade criando assim vínculos entre os indivíduos.

A Educação não é somente dever do estado mais também das famílias pois muitas vezes as crianças e adolescentes, não frequenta a escola pois trabalha para ajudar no sustento de casa, outros acabam interrompendo os estudos não concluindo nem o ensino fundamental, no entanto não era dessa maneira que era para acontecer, era para essas crianças e adolescentes ter o apoio incondicional de suas famílias para frequentarem a sala de aula e assim terem oportunidade de ter um futuro melhor diferente de suas realidades atuais, porém nem sempre o direito a educação foi garantido, o reconhecimento quanto a importância da educação foi adotado pela organização das nações unidas o qual foi aprovado em 1959, portando até essa data a educação não era um direito garantido a todos os cidadãos do País.

De acordo com os autores, por total prioridade, entende-se que as crianças e adolescentes deverão estar em primeiro lugar na escala de preocupação dos governantes, Educação em primeiro lugar, juntamente com a saúde, e só depois da construção de creches, escolas e postos que deveriam asfaltar ruas e construir praças, sendo que a Educação reúne três etapas: Educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio.

3. PLANEJAMENTO ESCOLAR

Segundo Horta (1991), o planejamento educacional constitui uma forma específica de intervenção do Estado na educação, que se relaciona, de diferentes maneiras, historicamente condicionadas, com as outras formas de intervenção do Estado em educação (legislação e educação pública), visando à implantação de uma determinada política educacional do Estado, estabelecida com a finalidade de levar o sistema educacional a cumprir funções que lhe são atribuídas enquanto instrumento deste Estado. É através dele que são pensadas as estratégias que irão ser realizadas para que então seja colocado em prática na gestão educacional e, ou, escolar.

Por mais relevante e imprescindível que seja o papel dos pedagogos e demais educadores na escola, por se tratar de um espaço complexo, observa-se cada vez mais que a natureza dinâmica da escola, da gestão deste espaço, requer a presença de administradores neste local. Referidos profissionais serão responsáveis não só por oferecer suporte para a atuação profissional dos professores, mas também atuarão na rotina dos alunos e de sua família, sendo muitas vezes o “elo de ligação” das famílias com o corpo docente.

No que se refere à necessidade de uma gestão mais dinâmica e democrática na escola, Santos (2002, p. 76) considera que:

O bom funcionamento de uma escola depende, em grande parte, do administrador que a dirige. Se “burocrata”, “legalista” ou “formalista” a escola poderá parecer boa, bem organizada, mais sem dinamismo. O trabalho pedagógico não é partilhado, não há esforço coletivo, mas apenas um trabalho individual em que cada funcionário ou professor constrói seu pequeno “feudo”.

Observa-se que por ser composta por vários grupos de pessoas, a escola precisa de certo dinamismo nessas relações interpessoais que extrapolam a gestão burocrática. Em outros termos, se a função de diretor é a de maior hierarquia na escola, este precisa ser um líder inspirador para toda a equipe e comunidade, principalmente quando se depara com problemas frequentes no ensino público brasileiro, como a situação da vulnerabilidade de muitos alunos, que geram prejuízos nos resultados e na eficiência da educação.

Mas essa necessidade de dinamismo e liderança aponta para a organização administrativa da escola que é composta por órgãos colegiados, de modo que a gestão não é exercida somente pelo diretor, mas por toda a comunidade que compõe o colegiado: diretor, professores, funcionários do quadro administrativo, alunos, pais, membros da comunidade externa.

O objetivo principal da administração escolar é garantir que todos os setores da instituição de ensino funcionem em harmonia. Sendo assim, é por meio dela que os objetivos das áreas financeira, pedagógica, de marketing, entre outras, podem convergir para um ponto em comum, no lugar de apresentarem-se de forma dispersa. Dessa maneira, uma boa administração reflete em uma boa qualidade de ensino, já que todos os agentes da instituição educacional trabalham alinhados.

Muitos ainda confundem gestão escolar, já estudada anteriormente, como administração escolar. Nesse sentido é importante esclarecer que os termos se complementam, mas não são sinônimos. Administração escolar está relacionada ao planejamento técnico voltado para o alcance de metas e objetivos. Já a gestão escolar tem um enfoque muito mais comportamental, dando ênfase no relacionamento interpessoal dos funcionários para atingir tais objetivos, que é exatamente o que se discute nesse trabalho, quando se busca compreender a presença da equipe administrativa junto às crianças e famílias que, devido à vulnerabilidade, tem dificuldade de cumprir com as metas educacionais propostas pela escola.

3.1 O administrador e o planejamento educacional

A discussão do trabalho consiste em avaliar a atuação do profissional da administração no planejamento educacional, discutindo-se a importância do setor administrativo em instituições de ensino pois ao mesmo é destinado várias funções e além de executar suas funções dentro da escola ou/ colégio é necessário que haja uma boa liderança pois só assim conseguira alcançar a meta traçada dentro da instituição, a escola além de liderança também necessita de dinamismo, e de planejamento.

Segundo FORMIGA (2002), garantir o bom funcionamento da escola significa fazer com que seus objetivos sejam plenamente atingidos.

Desse modo o planejamento educacional consiste, segundo Luckesi (2005, p.112), num processo de abordagem racional e científica, dos problemas de educação, incluindo a definição de prioridades e levando em conta a relação entre os diversos níveis do contexto educacional.

Portanto, essa modalidade de planejar constitui um instrumento que orienta a ação educativa na escola, pois a preocupação é com a proposta geral das experiências de aprendizagem que a escola deve oferecer ao estudante, através dos diversos componentes curriculares (VASCONCELLOS, 1995, p. 56):

Observou-se que para o bom funcionamento da escola é necessário que haja um bom planejamento técnico o qual é voltado para o alcance de metas, essas metas podem estar relacionadas a ações educativas dentro da instituição, a escola não se organiza sem planejamento, as ações tem que ser bem definidas pois as mesmas não podem ser espontâneas e nem temporárias isto, é, tem que ser ações fixas que com o passar do tempo podem ser aprimoradas visando o melhoramento da escola, o bem estar dos seus colaboradores e de seus alunos. O administrador é o principal responsável por diversos setores.

Segundo LIBÂNEO (2003):

O diretor de escola é o dirigente e principal responsável pela escola, tem a visão de conjunto, articula e integra os vários setores (setor administrativo, setor pedagógico, secretaria, serviços gerais, relacionamento com a comunidade, etc.). Em outros tempos, muitos dirigentes escolares foram alvo de críticas por práticas excessivamente burocráticas, conservadoras, autoritárias, centralizadoras. Embora aqui e ali continuem existindo profissionais com esse perfil, hoje estão disseminadas práticas de gestão participativa, liderança participativa, atitudes flexíveis e compromisso com as necessárias mudanças na educação. As funções do diretor são, predominantemente, gestoras e administrativas, entendendo-se, todavia, que elas têm conotação pedagógica, uma vez que referem-se a uma instituição e a um projeto educativo e existem em função do campo educativo. (p.181).

Conforme citado anteriormente são atribuídas diversas funções ao administrador escolar que segundo o autor LIBÂNEO (2003 apud MARISTELA et al. 2004) essas funções são:

- Supervisionar e responder por todas as atividades administrativas e pedagógicas da escola bem como as atividades com os pais e comunidade com outras instâncias da sociedade civil;
- Assegurar as condições e meios de manutenção de um ambiente de trabalho favorável e de condições materiais necessárias à consecução dos objetivos da escola incluindo a responsabilidade pelo patrimônio e sua adequada utilização;
- Promover a integração e articulação entre a escola e a comunidade próxima com apoio e iniciativa do conselho de escola mediante atividades de cunho pedagógico e científico social esportivo e cultural;

- Organizar e coordenar as atividades de planejamento e do projeto pedagógico-curricular, juntamente com a coordenação pedagógica, bem como fazer o acompanhamento avaliação e controle de sua execução;
- Conhecer a legislação educacional e do ensino as normas emitidas pelo órgão competente e o regimento escolar assegurando o seu cumprimento;
- Garantir a aplicação das diretrizes de funcionamento da instituição e das normas disciplinares apurando ou fazendo apurar irregularidade de qualquer natureza de forma transparente e explícita mantendo a comunidade escolar sistematicamente e formada das medidas
- Conferir e assinar documentos escolares encaminhar processos ou correspondências e expedientes da escola de comum acordo com a secretaria escolar;
- Supervisionar avaliação da produtividade da escola em seu conjunto incluindo a avaliação do projeto pedagógico da organização escolar do currículo e dos Professores;
- Buscar todos os meios e condições que favoreçam a atividade profissional dos pedagogos especialistas dos professores dos funcionários visando a boa qualidade do ensino;
- Supervisionar e responsabilizar-se pela organização financeira e controle das despesas da escola em comum acordo com o conselho de escola pedagogos especialistas e professores.

Devido tamanha responsabilidade que recaem sobre o administrador escolar, é de grande importância que os mesmos estejam em constante qualificação para assim aprimorar seus conhecimentos, se qualificando cada vez mais na área da educação e também os conhecimentos sobre processos administrativos, assim podendo acompanhar as mudanças que viram de ocorrer no mercado, porém, para TEIXEIRA (1961) os administradores escolares no Brasil não se preparam para exercer a sua função. Segundo ele, existe uma tendência de desvalorização ao propiciar a qualquer pessoa administrar o ensino, uma vez que não existem políticas preocupadas em preparar o administrador das escolas brasileiras.

Observou-se também que são distribuídas diversas responsabilidades ao o administrador escolar, funções essas de grande importância dentro da instituição, diante disso é notória

a importância do profissional responsável por esse setor está em constante qualificação, para aprimorar seus conhecimentos e cada vez mais levar benefícios para seu ambiente de trabalho e mais qualificado é o profissional maior e melhor é seu desempenho dentro de seu local de trabalho. Porém constatou-se também que nem sempre os administradores escolares no país se preparam para exercer sua função.

3.2 A administração e a legislação de ensino

Com o intuito de realizar um bom planejamento educacional, é necessário que a equipe administrativa conheça bem a legislação do ensino no país pois existem diversas leis relacionadas ao tema e com regras obrigatórias a serem seguidas, as quais são destacadas as duas principais que são: a Lei Nº 9.394/1996, que trata das diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei Nº 13.005/2014, que apresenta o plano nacional de educação.

As duas trazem informações de grande importância para todos as instituições de ensino independentemente se pública ou privada. Assim, é preciso que cada projeto e ação pedagógica ou administrativa esteja de acordo com as regras jurídicas estabelecidas, caso ao contrário as escolas ou colégios podem sofrer punições, como multas e até serem proibidas o seu funcionamento.

Desse modo, é necessário que o administrador, atuante na gestão escolar, seja conhecedor e frequentemente esteja atualizado sobre em todos os aspectos legislativos da educacional, pois o mesmo conseguirá criar estratégias escolares que valorizam a qualidade do ensino e contribuem para o desenvolvimento institucional com um todo, integrando as famílias dos alunos e buscando soluções para amenizar as dificuldades que acabam por afastar os alunos mais vulneráveis da escola, prejudicando seu futuro.

No âmbito educacional percebemos que as diretrizes e regras são emanadas de órgãos competentes, como o próprio Estado, e que a educação brasileira é hierarquizada e muitas vezes apresenta pouca representatividade da comunidade. O Estado direciona a educação mais como uma preocupação política e de poder do que como uma preocupação social, o que muitas vezes significa que as normas, mesmo quando propostas, não chegam a ser cumpridas em sua plenitude ou têm interpretações equivocadas, diferentes das intenções originais.

Saviani (1987) explica essa questão apontando que:

dada a maior representatividade do Parlamento em relação ao conjunto da sociedade, pode-se compreender por que, por pressões da sociedade civil, se possa chegar à aprovação de leis de interesse da população sem que, entretanto, como tem ocorrido frequentemente no Brasil, tais leis ganhem plena vigência. Isto pode ocorrer porque, embora a lei, tendo sido aprovada, esteja, de direito, em vigor, de fato ela pode se tornar letra morta seja passivamente (incúria administrativa ou judicial), seja ativamente (empenho governamental em ignorar a lei ou hermenêutica jurídica e sentenças proletrias, condenatórias ou absolutórias proferidas nos tribunais). Parece residir aí a base explicativa de slogans que passaram a integrar o nosso folclore político, tais como: a lei é boa; pena que não é aplicada”; ou “aos amigos, tudo; aos inimigos a lei. (p. 17)

Adentrando ao núcleo do estudo, se passa à análise dos instrumentos constitucionais que tratam do tema e que se encontram nos art. 205 ao 214 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988)

A educação, segundo a norma constitucional, é direito de todos e dever do Estado e da família (art. 205). Sob este prisma se organizam democraticamente os instrumentos de organização e acesso ao ensino de maneira que as instituições possam construir uma cultura político-educativa, promovendo a prática da democracia entre os atores envolvidos no processo. O objetivo principal do legislador constitucional de prestigiar a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e fomento à qualificação para o trabalho. Nesse aspecto temos o fundamento para as demais normas/leis infraconstitucionais.

O texto constitucional de 1988 prevê ainda: garantia de autodeterminação das escolas (art. 207), a responsabilidade do ente estatal na garantia do ensino, garantia da livre iniciativa privada na prestação do ensino (art. 209), que deve existir a delimitação de conteúdos mínimos à aprendizagem (art. 210), a distribuição das competências em matéria de leis (art. 211) que a elaboração das leis deve sempre tentar atingir o objetivo principal – do pleno acesso e garantia de permanência no ambiente escolar, a destinação mínima de verbas a ser aplicada em educação (art. 212), a forma de distribuição dos recursos (art. 213) e determina a criação do plano nacional de educação (art. 214).

No cenário infraconstitucional, ou seja, das leis que se submetem à Constituição Federal, temos a Lei de Diretrizes e Bases - LDB (lei 9.394/96), onde é possível identificar diversas temáticas da educação, desde o ensino infantil até o superior (BRASIL,1996).

Conforme do art. 8^a até 20, a LDB organiza a educação brasileira delimitando as atribuições dos entes envolvidos no processo. Como toda atividade administrativa estatal, a gestão escolar está sujeita à legalidade (art. 37 CF), assim seus recursos sujeitos à gestão democrática e fiscalizadores das normas de direito financeiro (artigos 14 e 15). Nesta lei, o processo de educação foi cingido em básico, fundamental, médio e superior (art. 21) e ainda especial (artigos 58 a 60), separados conforme os diferentes níveis de ensinos nas diferentes instituições (art. 20). Lei N.9.394/96 (BRASIL,1996).

A organização pública é uma instituição criada e gerida por legislação de uma das esferas do poder público – Município, Estado ou Federação. Logo, a administração de uma instituição pública se dá por determinações legais. A razão da existência de uma organização pública é o bem comum, e os recursos são captados para esse fim: o melhoramento econômico e social da população. Para que esse fim seja alcançado, uma instituição pública deve seguir os cinco princípios da administração pública, que são:

- Legalidade: princípio que expressa que a administração pública deve ser feita de acordo com base na legislação competente, e seus servidores só pode agir conforme a lei.

- Impessoalidade: de acordo com esse princípio, a administração pública deve agir com imparcialidade, atendendo às demandas do público sem prejudicar ou privilegiar pessoas por motivo algum.

- Moralidade: fala da moral e da ética no trato da administração da coisa pública, considerando o conceito da boa-fé e da probidade.

- Publicidade: princípio que diz sobre a transparência dos atos administrativos, que devem ser divulgados pelos órgãos oficiais.

- Eficiência: trata da melhor maneira de atender ao público, com efetividade e contenção de desperdícios.

A legislação é o guia para a gestão de organizações públicas, enquanto as empresas privadas se balizam pelas boas práticas do mercado, modo geral, também respeitando a legislação, mas com maior liberdade de decisão. É importante que o administrador tenha conhecimento da legislação aplicada à administração pública ao tratar com instituições públicas. a administração pública é realizada de maneira diversa da administração privada, pois possui especificidades próprias que devem ser contempladas. O administrador, ao ter contato com esse tipo de empresa, deve tomar conhecimento da legislação aplicada à administração pública, para que

possa alcançar o melhor resultado possível ao atender às demandas das organizações públicas, sem ferir seus regimentos. (MATTEU, 2019).

Portanto, pode se observar que para que haja um bom planejamento educacional e que tenha um desempenho favorável na instituição que atuam é de grande importância que a equipe administrativa tenha conhecimento da legislação do ensino, devido existirem diversas leis que estão relacionadas ao tema e com regras obrigatórias. Então a partir disso a importância de ter esse conhecimento, não somente ter o conhecimento, mas também esteja constantemente atualizado em todos os aspectos da legislação de ensino independentemente se sua atuação for no setor público ou privado. Verifica-se que a legislação é o guia para gestão de organizações públicas, por isso dá importância aos administradores públicos de ter o conhecimento a respeito da legislação de ensino.

3.3 O desenvolvimento do trabalho em administração escolar

Diante de tudo que já foi exposto é evidente a importância da área administrativa dentro das escolas, resta saber quais as funções que deverão ser desenvolvidas por esses profissionais em busca da redução das dificuldades de aprendizado diante da vulnerabilidade.

Inicialmente é preciso considerar que, por conta de todas as responsabilidades que recaem sobre o gestor, os profissionais precisam estar em constante qualificação. É necessário aumentar os conhecimentos acerca da área educacional e também os conhecimentos sobre processos administrativos, de modo a acompanhar todas as mudanças do mercado. É necessário aumentar os conhecimentos acerca da área educacional e também os conhecimentos sobre processos administrativos, de modo a acompanhar todas as mudanças do mercado.

FÉLIX (1985, p, 12) afirma que "Administração Escolar: um problema educativo ou empresarial" procura "contribuir para a conclusão do movimento crítico, mediante uma análise da Administração Escolar explicitando as relações que se estabelecem entre o sistema escolar e a evolução do capitalismo no Brasil".

Continuando afirmando (FELIX, 1985, p.12):

(...) a Administração escolar cumpre uma função ideológica que é a de orientar a prática da administração da educação, de acordo com a estrutura burocrática, como se essa forma de organização e funcionamento fosse a única e não constituísse uma forma de mediação de estrutura de poder do Estado, que assume o controle do processo educacional, para adapta-lo às necessidades de sua política econômica na sociedade capitalista.

Já PARO (1986), em seu trabalho "Administração Escolar: introdução crítica", estuda as determinações econômicas e sociais da administração e busca as possibilidades de uma prática escolar voltada para a transformação social. Inicia seu estudo fazendo distinção entre os termos "administração geral" e "administração em geral", traçando um paralelo entre elas sob a ótica do marxismo.

O autor examina o caráter conservador da administração escolar vigente, verificando que, de modo geral, os trabalhos teóricos publicados no Brasil adotam o pressuposto básico de que na escola devem ser aplicados os mesmos princípios adotados na empresa capitalista. Sendo entendida dessa forma a escola estará, logicamente, ao lado dos interesses do capital.

No que se refere à Administração Escolar, especificamente, PARO observa que ela tem se mantido conservadora tanto na teoria como na prática, pois falta uma vinculação entre a utilização dos recursos da escola e uma racionalidade externa, capaz de justificar sua articulação com as classes trabalhadoras. Segundo o autor, a aplicação da administração capitalista na escola não deu certo pelo insucesso da concepção tecnicista, que leva à burocratização das atividades e em nada contribui para sua finalidade educativa. Pelo contrário, esse processo conduz ao esvaziamento de seus conteúdos, comprometendo a qualidade do ensino.

Como ele mesmo afirma: No processo de degradação das atividades profissionais do educador escolar, com a conseqüente desqualificação de seu trabalho e o aviltamento de seus salários. (...) e à medida que não interessava à classe detentora do poder político e econômico, pelo menos no que diz respeito à generalização para os nossos trabalhadores mais que um ensino de baixíssima qualidade, o estado, como porta-voz dos interesses dessa classe, passou a dar cada vez maior importância à educação pública, endereçando para aí recursos progressivamente mais insuficientes e descuidando cada vez mais das condições em que se realizava o ensino de massa (PARO, 1986, p. 131).

Segundo Silva Junior e Ferretti (2004), a investigação do trabalho pode se dar, na escola, entendendo-o como práticas sociais no seu interior ou "como tema e realidade que a ela se impõe como elemento cultural que permeia tais práticas" (p.23). Neste estudo, assumimos como foco a primeira alternativa; assim, o nosso interesse é o estudo do trabalho que a escola realiza para atingir suas finalidades. Com essa perspectiva, a escola aparece, também, como local de trabalho (cf. Silva Junior, 1990).

O trabalho dos vários agentes envolvidos na administração e no apoio pedagógico, ou seja, o diretor, o coordenador pedagógico, o orientador educacional etc., é a mediação para que o ensino se realize com o máximo de eficácia e de eficiência possível em cada caso concreto, isto é, com os recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis em cada escola. O trabalho desses agentes tem efeito direto no processo de ensino-aprendizagem porque tem como finalidade criar condições favoráveis à sua realização, à preparação adequada dos docentes e dos discentes, à sua participação no processo ou, ainda, à correção de desvios que possam contribuir para o fracasso do processo (Russo, 2011).

O autor ainda diz que é a administração escolar, é preciso dar atenção aos objetos da sua ação, ou seja, a educação e a escola. O que são esse processo e essa instituição? Qual a identidade de ambos? Em síntese, o que se põe como desafio central para a compreensão da administração escolar não é somente o “como” se administra, isto é, o que se faz na prática gestonária, mas, também, “o que é” aquilo que é administrado. Somente a partir de uma clara e coerente concepção de educação e de escola é que se poderá refletir sobre como se organizará e realizará a gestão do processo educacional. A administração escolar é mediadora dos interesses que se manifestam em relação à educação no âmbito da sociedade e da escola. Dessa forma, ela poderá estar a serviço tanto da conservação quanto da transformação da ordem social, entendida esta, no seu sentido radical, como a superação da sociedade de classes.

A administração escolar, ao privilegiar o enfoque da organização do trabalho na escola para, através deste, obter o máximo de eficácia e eficiência do processo pedagógico, coloca-se como um dos importantes fatores no combate ao fracasso escolar. A administração escolar não trata e, portanto, não dá conta das questões de natureza didático-metodológicas e seus fundamentos. Preocupa-se com a gestão do processo educacional, do qual aquelas constituem o cerne, e com a superação dos entraves à sua plena realização. Para que a administração escolar possa contribuir para a realização dos fins educacionais e para a consecução dos objetivos pedagógicos, na escola, é crucial que ela seja concebida a partir dos pressupostos teórico-metodológicos que determinam a natureza e a especificidade da educação e do processo escolar.

Observou-se a importância da área administrativa dentro das instituições de ensino, o qual percebe-se que a Administração está relacionado com o planejamento escolar, organização e aplicabilidade dos recursos que são essenciais dentro para o desenvolvimento das escola e colégios, assim sua função principal é garantir a ordem e o bom funcionamento de diversos setores na instituição para que assim possa almejar os objetivos gerais da escola, garantindo

que aquilo que desenvolvem na teoria coloquem em prática. Outro fator importante da Administração escolar é o papel que ela desenvolve como intermediadora dos interesses que surgem em relação a Educação e a sociedade.

Administração escolar é um dos principais fatores no que se diz respeito ao fracasso da escola, ou seja, uma instituição sendo liderada por bons profissionais da área tem mais chances de obter sucesso em sua “jornada”, por isso a importância de ter uma boa qualificação desses profissionais, pois sabemos que estamos em contaste mudanças, e através dessa qualificação pode se atualizar e acompanhar todas as inovações do mercado.

4 METODOLOGIA

Com o intuito de alcançar os objetivos dessa pesquisa, a metodologia aplicada passou por duas etapas. Inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com levantamentos de dados outrora já estudados acerca do assunto abordado, para melhor entendimento. Em seguida foi efetuada uma pesquisa de campo na busca de atingir uma maior veracidade possível no conhecimento da problemática estudada, a qual esta pesquisa de campo é qualitativa.

Pesquisa, segundo Trujillo Ferrari (1982, p.167), é uma atividade humana honesta cujo propósito é descobrir respostas para as indagações o que são significativas que são propostas. O presente estudo visa compreender o papel dos gestores públicos na redução das dificuldades de aprendizado de crianças em situação de vulnerabilidade na Escola Municipal de Ensino Fundamental Azarias Fernandes no município de Piquet Carneiro – CE. A problemática decorre da constatação de que tais profissionais atuam bem próximas dessas crianças e de suas famílias, sendo, portanto, relevantes nesse processo de aprendizagem, além dos professores.

A pesquisa, quanto aos objetivos, é exploratória, sendo usado esse método pois, segundo Gil (2002), ele busca explorar a realidade de determinado assunto e assim conhecimento sobre seu objeto. Para o presente trabalho a finalidade de seu uso é de é analisar a situação de vulnerabilidade das crianças e as possíveis providências do gestor público na esfera administrativa. Esse trabalho caracteriza-se como estudo de caso.

Na etapa da realização da pesquisa de campo foram realizadas entrevistas com duas servidoras da instituição investigada, buscando qualificar o objetivo estudado, compreender mais de perto a atuação profissional junto às crianças e suas famílias, a fim de colaborar com o trabalho desenvolvido pelos profissionais quanto aos objetivos da educação e do aprendizado. Após a realização da entrevista foi feita uma análise dos dados para a conclusão dos resultados.

Para garantir o anonimato das entrevistadas elas foram identificadas por uma letra seguida de um número, sendo a primeira identificada por E1 e a segunda por E2. Essa decisão foi tomada para que os profissionais se sentissem mais livres para expor sua percepção, inclusive apresentando as dificuldades e os entraves que a realidade do serviço público possa oferecer. Para tanto, foram realizadas entrevistas via e-mail com as funcionárias, no dia 29 de abril de 2021, cujo questionário segue em anexo ao trabalho. (APÊNDICE AA).

Para garantir a ética das entrevistas foram assinados termo de consentimento livre e esclarecido (TCL) (ANEXO AA) pelo entrevistador e pelos entrevistados.

4.1 Público alvo

Essa coleta de dados aconteceu com profissionais na escola municipal de ensino fundamental Azarias Fernandes, que está localizada na rua Zacarias Pinheiro da Silva, s/n bairro centro de Piquet Carneiro. A instituição é mantida pela Prefeitura Municipal de Piquet Carneiro e administrada pela Secretaria Municipal da Educação, fazendo parte da crede 14 INEP: 23120690

As entrevistas têm como objetivo avaliar duas servidoras em uma escola pública situada em Piquet carneiro-CE, no que se refere à problemática apresentada no trabalho.

4.2 Caracterização

A Escola Municipal Azarias Fernandes, em atividade educativa mantido nos últimos tempos pelo município, surgiu em 1964, ano marcante da história do Brasil, em que se deu a revolução militar. Por agregar escolas que funcionam de forma isolada passou a chamar-se escola reunidas Azarias Fernandes, porém anos mais tarde veio se chamar Azarias Fernandes até os dias atuais.

Daí a escola foi se adequando lentamente para atender a uma clientela diversificada de alunos, que são, na maioria, pessoas de baixa renda, filhos de agricultores e de funcionários públicos municipais.

Ao longo desse percurso foram superados vários desafios, fazendo um trabalho interativo, buscando atender os anseios da comunidade escolar, tendo como modalidade de ensino ofertado pela instituição Ensino fundamental II; Educação de jovens e adultos (segmento EJA) até o ano de 2020 a escola atendia alunos do 6º ao 9º ano, porém esse ano devido a pandemia reduziu o total de alunos, atendendo somente do 7º ao 9º, mantendo o EJA.

A escola municipal de Ensino fundamental Azarias Fernandes atualmente atende a 358 alunos, 4 turmas de 7º ano, três turmas de 8º ano, 4 turmas de 9º ano e 1 de EJA. A instituição de ensino é composta por 25 funcionários incluindo professores e os demais, núcleo gestor, vigias e auxiliares de serviços.

Sua estrutura é assim organizada: são nove salas de aula equipadas com ventiladores, cadeiras e mesas para os alunos, uma sala de leitura para aquelas crianças que desejam ter um momento de leitura sem ser em sala de aula, cantina, um depósito de merenda, almoxari-

fados, sala de diretoria, sala de secretaria ,cozinha ,quatro banheiros (um masculino, um feminino, um para cadeirante e outro para os funcionários), laboratório de informática ,contendo, computadores, impressoras, copiadora, aparelho de dvd, tv ,projektor multimidia (Datashow) e um pátio descoberto.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os dados dessa pesquisa foram colhidos na Escola Municipal de Ensino Fundamental Azarias Fernandes, que atualmente atende 358 alunos, sendo assim distribuídos: quatro turmas de 7º anos, três turmas de 8º anos, quatro turmas de 9º ano e uma de EJA.

A Escola conta com equipe de núcleo gestor com a seguinte composição: uma diretora, duas coordenadoras pedagógicas, um secretário, um auxiliar de secretaria e 14 docentes. A entrevista, objeto do presente trabalho, foi realizada através de perguntas objetivas direcionadas as convidadas atuantes na instituição de ensino

Analisou-se os dados coletados a partir de uma entrevista com as servidoras, no qual são conhecedoras dos problemas de aprendizagem das crianças e a sua relação com o contexto social que as mesmas vivem e também as possíveis providências do gestor público na esfera administrativa.

Para manter o anonimato das entrevistadas elas serão identificadas por uma letra seguida de um número, sendo a primeira identificada por E1 (Entrevistada 1) e E2 (Entrevistada 2).

5.1 Situação de vulnerabilidade das crianças e as possíveis providências do gestor público.

Um consenso extraído das entrevistas realizadas foi de que existem muitas crianças da escola pesquisada que se encontram em situações de vulnerabilidade social. Essas dificuldades que se iniciam com a locomoção até a escola, encontram-se em lares instáveis e não tem um suporte familiar para um bom desenvolvimento educacional. Essas crianças, que são oriundas de comunidades vulneráveis, apresentam uma dificuldade bem maior em relação as outras crianças, dificuldades estas já apresentadas em sala de aula, as quais aumentaram com a implementação do ensino remoto devido o atual contexto que vivenciamos.

Ambas as entrevistadas afirmam que já foi necessário buscar alunos em casa, principalmente os menores, considerando que os responsáveis não podiam deixá-las na escola naquele dia. Para isso buscavam, inclusive, a ajuda de outros funcionários de apoio da escola. Tal situação decorre da vulnerabilidade, considerando a ausência de uma programação familiar ou até mesmo da falta de relevância dada à educação daquelas crianças.

Sabe-se que a vulnerabilidade social já vem se alastrando pelo País há um bom tempo (SIS – Síntese de Indicadores Sociais, IBGE, 2018), devido a quantidades de pessoas

que são atingidas a todo momento por uma desigualdade social. Elas acabam sendo de mais difícil identificação dessa vulnerabilidade devido o atual momento que estamos vivendo, as pessoas acabam se fechando, se isolando, com isso as instituições de ensino que estão trabalhando apenas com o ensino remoto acabam nesse período tendo mais dificuldades em saber qual a real situação dessas crianças. No entanto, mesmo diante dessas dificuldades os gestores escolares buscam formas de conseguir fazer a identificação das mesmas.

"A questão de vulnerabilidade vem se alagando desde tempos muito remoto, a desigualdade no país é uma vertente que só cresce à medida em que a vida procede a população aumenta e muitas vezes foge dos olhares por estamos num tempo incomum onde muitas pessoas se insolam, se fecham. A própria, Instituição, (seus gestores) tem dificuldades quanto a percepção da real situação e ainda assim buscamos identificar como nosso público está, através de pesquisas de internet para quem tem acesso, e os que não tem e feito uma roda de conversa na propria instituição com os pais das crianças. A verdade e que a vulnerabilidade e suas razoes não está nas mãos da gestão é uma problemática que assola o país e a desigualdade local da nossa gestão esta desencadeada por muitos fatores como; condições financeiras, de moradia e estrutura familiar" (E1).

"Geralmente no ato da matricula é feito a identificação de algumas fragilidades na família merecedoras da nossa atenção pois ainda é possível que muitas delas não possuem se quer um aparelho telefônico para que a escola possa contactá-lo. Depois vem a questão de acesso à internet, uma problemática que nos aflige, pois, o acesso é muito restrito, uns tem, muitos não têm. Uma forma de tentar amenizar essa situação em relação as atividades são imprimidas os conteúdos para que assim todos os alunos tenham acesso o conteúdo da grade curricular, mesmo sem acesso à internet". (E2)

Segundo as entrevistadas existem providências que são tomadas pela instituição, por parte da gestão escolar, para que se possa amenizar essa vulnerabilidade, porém a implementação das mesmas tornou-se mais difícil nos últimos tempos devido a pandemia do Covid 19.

"Para amenizar os prejuízos causados aos jovens estudantes realizamos algumas atividades de conscientização voltados aos valores, direitos e deveres de cada cidadão dentro de uma legislação democrática. Fazemos parte de um país o qual está entre os que tem maior índice de desigualdade, e essa altura sanar a vulnerabilidade em plena pandemia não é tarefa fácil, pois toda vez quando se tem boa vontade, atitudes e ações do setor público pode sim se pensar em melhorias afinal, como os olhos da

cultura musical somos inspirados. ‘vivemos esperando o dia em que seremos melhores... no amor, na dor em tudo ...’ (E1)

‘A pobreza a desigualdade tudo isso é causado por essa atitude gananciosa do próprio homem, então cabe a nós lutarmos para amenizar essas dificuldades e esta é será luta constante para que um dia possamos abolir de vez com a ‘lepra’ da desigualdade entre as pessoas. Enfrentaremos o racismo e todas as suas derivações, a luta por uma oferta de trabalho formal decente para todas as pessoas, banir, a discriminação contra as mulheres a erradicação da exploração do trabalho infantil, e nos da gestão escolares sempre tentamos a diminuir essa desigualdade social dentro da instituição.’ (E2)

Observa-se que os relatos acima destacados estão de acordo com o que diz (FOS-ENCA, 1995), ou seja, a equipe de gestão escolar acaba assumindo funções além de suas competências regimentais, considerando a proximidade que possuem com as crianças e jovens que passam por tais dificuldades. Essa vulnerabilidade é algo bastante discutido na realidade, muitas instituições de ensino sofrem com isso e tentam buscar possíveis soluções por meio de ações, mas mesmo assim por si só não conseguem, pois é uma indagação bastante agravante e delicada, estando direcionadas as crianças.

Constatou-se que os gestores escolares realizam um acompanhamento para essas crianças que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

5.2 As dificuldades de aprendizagem em crianças em situação de vulnerabilidade.

A maioria das vezes as crianças que são de famílias vulneráveis, têm mais dificuldade no aprendizado, pois estas não têm muitas oportunidades de ir à escola e ter uma boa formação educacional. Muitas delas não são nem inseridas na escola e muitos daquelas que estão na escola tem bastante dificuldade principalmente com a implementação do ensino remoto. Essas crianças também acabam se excluindo, não mantendo um diálogo com outras crianças e até mesmo com os seus professores.

Segundo as servidoras convidadas para a entrevista, crianças em situação de vulnerabilidade têm mais dificuldades de aprendizado, dificuldades essas que podem ser identificadas no dia-a-dia, quando muitas vislumbram a escola como local de alimentação e para “ficar com elas”, enquanto os pais ou responsáveis estão no trabalho.

“É possível sim, identificar algumas dificuldades. No começo da pandemia muitos pais vinham à escola buscar atividades para as crianças, mas nos últimos tempos é necessário que a equipe de apoio entre em contato para avisar que tem tarefa ou até mesmo ir deixar.” (E1)

“Sim, a falta de interatividade com os professores, com os colegas de sala, quanto suas dúvidas e as trocas de informações necessárias e diárias nas atividades escolares, e sem contar que a principal fonte de estudo está sendo a internet e é válido ressaltar que a internet no nosso estado é uma das mais ruim e do nosso município muito precário” (E2)

“Mesmo antes da pandemia era comum receber pais para explicar as tarefas ou ajudar as crianças a fazer, pois muitas vezes a criança voltava no dia seguinte com a atividade não feita.” (E1)

Os dados coletados demonstram que as crianças oriundas de famílias vulneráveis têm mais dificuldade no aprendizado, tendo assim poucas oportunidades. A ausência de recursos, como acesso a um computador com internet, dificulta mais ainda e agrava a realidade de aprendizado. Esses dados coletados estão de acordo com o que diz FONSECA (1995), ao esclarecer em seu estudo que crianças inseridas em uma situação vulnerável tem menos oportunidades de ter acesso à educação, muitas vezes são excluídas pela sociedade e vivem sem recursos, não tendo uma moradia de qualidade, não tendo uma boa alimentação e nem uma boa saúde daí a importância da intervenção da administração.

5.3 Boas práticas de administração escolar para amenizar as dificuldades escolares diante da vulnerabilidade

Atualmente a escola é considerada um espaço social que tem como foco principal contribuir para o desenvolvimento educacional de cada aluno, no entanto as crianças e adolescente não tem formação somente em conteúdos educacionais, mais também de relacionamento interpessoais, pois é na escola que as crianças passam a maioria de seu tempo.

Daí a importância de realiza-se um acompanhamento contínuo as crianças que tenham dificuldades escolares, diante da vulnerabilidade que as mesmas vivem, no momento que estamos vivenciando fica impossibilitada a presença das crianças nas escolas.

Existe uma atuação da parte dos gestores escolares, em relação as crianças que se encontra com dificuldades no seu desenvolvimento educacional, atuando de forma que possa diminuir essas dificuldades na instituição e tendo um acompanhamento contínuo. Segundo E1, e E2, as mesmas definem como sendo feito esse tipo de acompanhamento através de:

“Sim, dentro das possibilidades, pois não estamos acostumados a este tempo, ainda é preciso longos passos para que estejamos habilitados nesse processo também se faz necessário uma reorganização para nos adaptarmos a nova forma de trabalho e desenvolvemos nossos serviços, da melhor forma possível. A escola está em constante contato com a comunidade através da forma programadas e presencial, as famílias que não têm acesso à internet entregando atividades impressas e mediando, sanando algumas dúvidas” (E1).

“Entregas e recebimentos e correção de atividade; atendimento psicológico, busca ativa constante dos alunos que se dispensam e param de enviar as atividades; ofertamos a modalidade de estudo EJA para jovens e adultos dando-lhes a oportunidade de concluir seus estudos no ensino fundamental, anos finais” (E2).

“O tratamento igualitário com os estudantes essencial quando buscamos em uma luta continua o crescimento educacional / intelectual de pessoas. Nosso grupo de profissionais estão bem qualificados e isso é muito importante para se obter avanço na melhoria do ensino principalmente quando se trata em educação pública. os transportes escolares são fechados para garantir um percurso seguro aos estudantes, a merenda ofertada é bem balanceada e nutritiva o que contribui muito para a qualidade do aprendizado” (E1).

Observou-se que existem diversas formas de acompanhamento às crianças que se encontram nesse contexto social por parte dos gestores da instituição, não só um acompanhamento educacional, mas também emocional, na escola é ofertado atendimento psicológico. Conforme as entrevistadas relataram, a questão emocional, os traumas e as dificuldades familiares, são relatadas frequentemente aos gestores da escola, em momento posterior às aulas como forma de “desabafo”, “pedido de ajuda”, “busca de consolo”.

A escola também conta com a modalidade EJA (educação de jovens e adultos), que visa da oportunidade aqueles jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de concluir ou continuar com seus estudos no ensino fundamental, e que desejam regressar a vida estudantil novamente.

5.4 A atuação do administrador para contribuir com o bom funcionamento das escolas.

A administração escolar tem como objetivo principal garantir que todos os setores da escola atuem em igualdade, quando se tem uma boa administração reflete positivamente em uma boa qualidade de ensino. A escola por ser composta por vários grupos de pessoas é necessária que haja boas relações interpessoais. *“É preciso que haja um bom relacionamento entre os docentes e discentes, se tem uma visão holística a respeito de todos os aspectos que envolva a escola” (E1)*

“É garantir de forma coletiva que todos os setores da instituição de ensino funcionem em harmonia” (E2)

Segundo Horta (1991), o planejamento educacional constitui uma forma específica de intervenção do Estado em educação, que se relaciona de diferentes maneiras, historicamente condicionadas com as outras formas de intervenção do Estado em educação (legislação e educação pública), visando à implantação de uma determinada política educacional do Estado estabelecida com a finalidade de levar o sistema educacional a cumprir funções que lhe são atribuídas enquanto instrumento deste Estado. É através dele que são pensadas as estratégias que irão ser realizadas para que então sejam colocadas em prática na gestão educacional e/ou escolar. Porém, as profissionais entrevistadas têm uma visão diferente que se constituem planejamento educacional:

“Planejar significa, a partir da realidade do estudante, pensar as ações pedagógicas possíveis de serem realizadas no intuito de possibilitar a produção e internalização de conhecimentos por parte do/a educando/a. Além disso, o planejamento deve contemplar a possibilidade de um movimento de ação-reflexão-ação na busca constante de um processo de ensino-aprendizagem produtivo. Portanto, não cabe mais uma mera lista de conteúdo. Deve-se dar ênfase as atividades pedagógicas; o conteúdo em sala de aula será resultado da discussão e da necessidade manifestada a partir do conhecimento que se tem do próprio estudante. Logo, de posse de alguns dados referentes ao conhecimento internalizado pelo/a educando/a, passa-se a reflexão e discussão sobre os conhecimentos historicamente sistematizados. Essa forma permite que professor/a e aluno/a avancem em seus conhecimentos e se constituam como sujeitos reflexivos. A escola deve elaborar, por disciplina, aqueles conteúdos necessários pertinentes a cada série que serão o ponto de partida” (E2).

Observou-se que o principal objetivo da administração escolar é garantir que todos os departamentos da escola realizem o seu trabalho igualmente e a gestão funciona justamente

para isso. Se a administração da escola for boa, pode refletir a boa qualidade do ensino. A escola é composta por diversos grupos de pessoas e deve ter bom relacionamento interpessoal.

É função dos gestores escolares gerir os documentos institucionais, materiais pedagógicos e estruturas físicas, incluindo a manutenção dos equipamentos, a organização dos objetos e espaços do patrimônio escolar. Além disso, cabe a ele estabelecer as regras e funções de cada funcionário da organização.

“estabelecer diretrizes de trabalho, garantir condições objetivas para o exercício das funções e olhar atentamente para as necessidades tanto coletivas, quanto individuais a fim de estabelecer medidas que minimizem impactos posteriores” (E1).

“Garantindo a qualidade e o funcionamento das instalações físicas da escola. Fazendo análises financeiras e definindo orçamentos. Acompanhando o planejamento pedagógico etc” (E2).

Administração escolar está relacionada ao planejamento técnico voltado para o alcance de metas. Por outro lado, a gestão escolar dá mais atenção ao comportamento, enfatizando o relacionamento interpessoal entre os funcionários para atingir esses objetivos. As coordenadoras definem como sendo a relação entre planejamento técnico e gestão escolar da seguinte forma: *“Ambos têm como foco principal o bem-estar de seus envolvidos, garantindo um ambiente agradável e acolhedor” (E1).*

Nas escolas onde existe o diálogo entre alunos e gestão, existe o estímulo à comunicação, isso interfere positivamente no aprendizado e no amadurecimento desses alunos enquanto cidadãos (RAMIREZ; CRUZ, 2009). Nesse sentido, questionamo-nos se esse diálogo deve ser apenas entre o corpo pedagógico ou se pode ser também de responsabilidade da gestão administrativa escolar. Está em paralelo pelo que foi dito pelas coordenadoras entrevistadas as mesmas dizem o seguinte:

“É essencial a convicção de que o processo formativo exige um novo tipo de relacionamento entre jovens e adultos, nos quais os adultos, no caso os professores e gestores, assumem o papel de parceiros na vivência do diálogo, da negociação e da convivência de natureza comunitária. Abrindo caminhos e orientando os educandos a alcançarem seus objetivos” (E2).

De acordo com a análise, as funções internas das instituições de ensino e as responsabilidades dos gestores escolares vão desde o objeto e a organização espacial do patrimônio escolar até as funções e regras de cada funcionário.

Acreditam que o processo de formação exige um novo tipo de relação entre jovens e adultos, onde os adultos (neste caso, professores e gestores) desempenham o papel de parceiros na experiência de diálogo, negociação e convivência na natureza. Abra o caminho e oriente os alunos para atingir seus objetivos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início do trabalho notou-se que há uma carência de pesquisas que abordem a forma como a administração escolar atua na redução das dificuldades de aprendizagem de crianças em situação de vulnerabilidade, portanto esta pesquisa teve como objetivo geral analisar a situação de vulnerabilidade das crianças e as possíveis providências do gestor público na esfera administrativa. Para tanto, buscou-se identificar as boas práticas de administração escolar para amenizar as dificuldades escolares diante da vulnerabilidade, além da compreensão da atuação do administrador para contribuir com o bom funcionamento das escolas.

Considera-se que objetivo geral foi atingido, diante da abordagem da origem da situação de vulnerabilidade das crianças e as possíveis providências do gestor público na esfera administrativa, constatando-se que os gestores escolares atuam de forma que venha amenizar essa desigualdade social dentro da instituição, mesmo com dificuldades devido o atual contexto pandêmico que estamos vivenciando.

Com a aplicação do questionário foi possível constatar que muitas crianças, em especial as mais vulneráveis, que muitas vezes tinham dificuldade até de chegar à escola, por falta de alguém que as levassem, não conseguem acompanhar o ensino remoto. Muitas delas têm bastante dificuldade principalmente em razão da falta de acesso à internet e até mesmo ao computador.

Verificou-se também boas práticas de administração escolar para amenizar as dificuldades escolares diante da vulnerabilidade, os quais foram respondidos pois foi constatado que existe uma atuação da parte dos gestores escolares em relação as crianças que se encontra com dificuldades, atuando de forma que possa diminuir essas dificuldades na instituição, tendo um acompanhamento contínuo, de suporte emocional, pedagógico, orientação familiar.

Por fim, buscou-se ainda compreender a atuação do administrador para contribuir com o bom funcionamento das escolas, verificou-se que o principal objetivo da administração escolar é garantir que todos os departamentos da escola realizem o seu trabalho igualmente. Se a administração da escola for boa pode refletir a boa qualidade do ensino. A escola é composta por diversos grupos de pessoas e deve ter bom relacionamento interpessoal.

Em razão do cumprimento aos decretos de isolamento social, que suspenderam o funcionamento das escolas no Estado, desde março de 2020, não foi possível entrevistar todos os profissionais atuantes da escola, mas os entrevistados colaboraram bastante na obtenção dos resultados.

A perspectiva deste trabalho é estimular o desenvolvimento de pesquisas com esta temática na busca de criar estratégias que favoreçam e melhorem a vida pessoal e profissional dessas crianças para que tenham boa formação e capacitação para o mercado de trabalho. Portanto, esta obra buscou falar a respeito da Educação desde sua origem até os dias atuais dando ênfase na esfera administrativa, frisando as dificuldades de aprendizado das crianças menos favorecidas, não somente no âmbito da Educação, mas também em bens que o governo ou o comércio ofereça e como as políticas públicas poderiam ajudar.

Desse modo, é necessário que o administrador, atuante na gestão escolar, seja conhecedor e frequentemente esteja atualizado sobre em todos os aspectos legislativos da educacional, pois o mesmo conseguirá criar estratégias escolares que valorizam a qualidade do ensino e contribuem para o desenvolvimento institucional com um todo, integrando as famílias dos alunos e buscando soluções para amenizar as dificuldades que acabam por afastar os alunos mais vulneráveis da escola, prejudicando seu futuro.

REFERENCIAS

ALVES, Luís Alberto Marques. **História da Educação**. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10021.pdf>

ADORNO, F. C. R. Capacitação solidária: um olhar sobre os jovens e sua vulnerabilidade social. São Paulo: Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária - AAPCS, 2001.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1989.

BAIA HORTA, J. S. Planejamento educacional. In: MENDES, D. T. (Coord.). *Filosofia da Educação Brasileira*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1991.

BENATTO, Maristela Elisabete Cosmo. **A vulnerabilidade social da escola pública e a formação dos professores do 6º ano do ensino fundamental**. Universidade tecnológica Federal do Paraná. Programa de desenvolvimento educacional-PDE/2016.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. acesso em 7 de Abril de 2021.

BRASIL. Orientações Técnicas sobre o PAIF. 1.ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012. Disponível em: < http://agendaprimeirainfancia.org.br/arquivos/Orientacoes_PAIF_1.pdf>. Acesso em 23 de março de 2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/DOUconstituicao88.pdf>. Acesso em 26 de março de 2021.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em 26 de março de 2021.

FÉLIX, M. de F. C. **Administração escolar: um problema educativo ou empresarial?** São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1985.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm . Acesso em 7 de Abril de 2021.

_____. O direito à educação. In: Oliveira, Romualdo Portela de; Adrião, Theresa (Orgs.). *Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal*. 3. ed. São Paulo: Xamã, 2007. [[Links](#)]

CAMPOS, Dinah Martins de Souza. *Psicologia da aprendizagem*. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

Cury, Jamil Roberto Carlos. **A educação básica como direito**. Cadernos de Pesquisa - aPrint version ISSN 0100-1574 On-line version ISSN 1980-5314. Cad. Pesqui. vol.38 no.134 São Paulo May/Aug. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742008000200002&script=sci_arttext

Duarte, Clarice Seixas. Direito público subjetivo e políticas educacionais. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação SEADE, v. 18, n. 2, p. 113-118, 2004. [[Links](#)]
EDUCA MUNDO. Home / Blog / Educação / Qual a importância da administração escolar na educação? Disponível <https://www.educamundo.com.br/blog/administracao-escolar> acesso em 26 de março de 2021

Fonseca, Franciele Fagundes; Sena, Ramony Kris R.; Santos, Rocky Lane A.; Dias, Orlino Veloso; Costa, Simone de melo. **As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção**. Rer.Paul.Pediatr.vol.31.no.2. São Paulo June 1995. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-05822013000200019&script=sci_arttext R. Acesso em 20 de fevereiro de 2018.

FORMIGA, N. S., GOUVEIA, V. V.; SANTOS, M. N. Inventário de sexismo ambivalente: sua adaptação e relação com o gênero. *Revista Psicologia em estudo*, Maringá, n. 7, v. 1, p. 105-111. 2002.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Gisele-Finatti-Baraglio.blogspot.com/.../história-da-educacao-no-brasil-u... Disponível em: www.infoescola.com/pedagogia/historia-da-educacao/ acesso em 02 de setembro de 2018.

LIBÂNIO, João Carlos et. al. O sistema de organização e de Gestão da Escola: teoria e prática. In. *Educação Escolar: políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez, 2003.

LIBERATI, Wilson Donizete. *Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente*. 8ª ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

LUCKESI, C. C. Planejamento e Avaliação na Escola: articulação e necessária determinação ideológica. In: LUCKESI, C. C. *Avaliação da Aprendizagem Escolar*. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2005, p.102-119.

LüCK, H. *Dimensões da gestão escolar e suas competências*. Curitiba: Editora Positivo, 2009. Disponível em: [http://www.fundacaolemann.org.br/arquivos/uploads/arquivos/Dimensoes_da_gestao_escolar_\(livro_final\).pdf](http://www.fundacaolemann.org.br/arquivos/uploads/arquivos/Dimensoes_da_gestao_escolar_(livro_final).pdf) acesso em 26 de março de 2021.

Matteu, Douglas de. **LEGISLAÇÃO APLICADA À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**. 5 de agosto de 2019. Disponível em: <https://gennegociosegestao.com.br/legislacao-aplicada-a-administracao-publica/>

MONROE, P. **História da educação**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1979

OKUMURA, Renata, pesquisa mostra que 67% dos alunos tem dificuldade para organizar estudos online na pandemia. O estado de. S.Paulo, São Paulo, 30 de outubro de 2020. Disponível

em:http://www.abed.org.br/arquivos/Pesquisa_mostra_que_67_por_cento_dos_alunos_tem_dificuldade.pdf Acesso em 20 de junho de 2021.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica**. São Paulo, Cortez : Autores Associados, 1986.

Planejamento educação X planejamento escolar. Escola, ensino e currículo. Disponível em: https://www.passeidireto.com/arquivo/79728187?utm_medium=mobile&utm_campaign=android acesso 26 de março de 2021

PEREIRA, S. E. F. N. **Redes sociais de adolescentes em contexto de vulnerabilidade social e sua relação com os riscos de envolvimento com o tráfico de drogas**. 2009. 320 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

PETTENGILL, M.A.M.; ANGELO, M. Vulnerabilidade da família: desenvolvimento do conceito. Revista Latino-Americana de Enfermagem, 2005. Disponível em: <<http://www.repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/2814/S0104-11692005000600010.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 26 de março de 2021.

PORTAL DA EDUCAÇÃO - Artigo. Planejamento educacional. Disponível em <https://site-antigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/idiomas/planejamentoeducacional/42515> acesso em 25 de março de 2021. Acesso em 25 de março de 2021

PRATI, Laíssa Eschiletti; COUTO, Maria Clara P. de P.; KOLLER; Sílvia Helena. Famílias em Vulnerabilidade Social: Rastreamento de Termos Utilizados por Terapeutas de Família. Psicologia: Teoria e Pesquisa. Porto Alegre, v.25, n.3, p. 403-408, mar. 2009.

RAMIREZ, D.C.; CRUZ, R.M. Conflito escolar: vulnerabilidade e desenvolvimento de habilidades sociais. Revista Electrónica de Investigación y Docencia (REID), n. 2, p. 79-95, 2009. Disponível em: <http://www.ujaen.es/revista/reid/revista/n2/REID2art5.pdf>. Acesso em 23 de março de 2021.

Revista Educação em Rede: Formação e Prática Docente. ISSN: 2316-8919. Disponível em: <http://ojs.cesuca.edu.br/index.php/educacaoemrede/index> p. 1-26. Acesso em 25 de março de 2018.

Ribeiro, Elisabete da Silveira. Breve história da educação. 21/11/2017. Disponível em: <http://gestaouniversitaria.com.br/artigos/breve-historia-da-educacao>

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio, ou, Da educação**. / Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1999. – (Paideia)

RODRÍGUEZ, Jorge. Vulnerabilidad demográfica: una faceta de las desventajas sociales. Santiago del Chile: CEPAL, 2000. 79p. (Serie Población y Desarrollo, n.5).

Russo, Henrique Miguel. Trabalho e administração da escola: desenvolvimento e apropriação do sentido que assumem no processo de produção pedagógica. RBPAAE – v.27, n.3, p. 361-588, set./dez. 2011.

SANTOS, Clovis. Roberto. O Gestor Educacional de uma Escola em Mudança. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

SAVIANI, Demerval. Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação de ensino. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.

SEMZESEM, P.; ALVES, J.M. Vulnerabilidade social, abordagem territorial e proteção na política de assistência social. *Serv. Soc. Rev.*, Londrina, v. 16, n.1, p. 143-166, 2013. Disponível em: <

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/16115/14627>>. Acesso em 23 de março de 2021.

Silveira, Adriana Dragone. Atuação do Ministério Público para a proteção do direito à educação básica. In: Ranieri, Nina Beatriz Stocco (Org.). *Direito à educação: aspectos constitucionais*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, v. 1, p. 123-141.

[[Links](#)]

SILVA JUNIOR, Celestino A. A escola pública como local de trabalho. São Paulo: Cortez, 1990.

SILVA JUNIOR, João dos Reis e FERRETTI, Celso J. O institucional, a organização e a cultura da escola. São Paulo: Xamã, 2004.

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2018 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2018. 151 p. - (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, ISSN 1516-3296; n. 39).

SOARES, Leônicio. Educação de jovens e Adultos. p. 7-132 (Diretrizes Curriculares Nacionais) Rio de Janeiro: DP&A, 2002

STACCIARINI, I. C. Características das famílias em vulnerabilidade social no Brasil e em Brasília: desmembrando o cenário da pobreza e extrema pobreza. *Comunicação & Mercado/UNIGRAN - Dourados - MS*, vol. 02, n. 05, p. 07-19, 2013. Disponível em:< <http://www.unigran.br/mercado/paginas/arquivos/edicoes/5/1.pdf>> acesso em 26 de março de 2021.

TRUJILO FERRARI, Alonso. Metodologia da pesquisa científica. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.

TEXEIRA, A. (1961). Que é administração escolar? *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, 36 (84), 84-89.

Valentin, Ismael Forte. **A Reforma Protestante e a educação**. *Revista de Educação do Coqueime* – Ano 19 – n. 37 – julho/dezembro 2010.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento: Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo**. São Paulo: Libertat, 1995.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA - UNILAB
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – IEAD.

APENDICE A-ROTEIRO DE ENTREVISTA

Questões norteadoras aplicada as coordenadoras

- 01- Sabemos que existem muitas crianças que se encontram em situações de vulnerabilidade social, ondem possuem dificuldades de locomoção até a escola, encontra-se em lares instáveis e não tem um suporte familiar para um bom desenvolvimento educacional nesse contexto pandêmico o senhor (a) acredita que os alunos oriundos de comunidades vulneráveis tenham mais dificuldades, com o ensino remoto
- 02 - Como sucedeu essa vulnerabilidade dessas crianças na instituição? E como está sendo realizado a identificação dessa vulnerabilidade, já que as aulas estão acontecendo remotamente?
- 03 - Quais providencias os gestores públicos podem tomar para sanar essa vulnerabilidade?
- 04- Quais as dificuldades na aprendizagem essas crianças apresentam?
- 05- O senhor(a) enquanto gestor (a) consegue identificar?
- 06- A escola oferta algum tipo de acompanhamento a essas crianças?
- 07-Na escola que você atua há algum trabalho contínuo de acompanhamento?
- 08- Você atua de forma a diminuir essas desigualdades na escola? Como?
- 09-Como se dar a atuação do administrador para contribuir com o bom funcionamento das escolas?
- 10- Como se dar o planejamento educacional na instituição?
- 11- Qual a importância da administração escolar na educação?
- 12- Existe alguma estratégia elaborada para atender essas crianças vulneráveis ou foi criada alguma ação que venha amenizar essa dificuldade diante desse contexto pandêmico?
- 13- Como se dar a administração nas escolas, e qual metodologia usada?
- 14- Qual seria a relação entre planejamento técnico e gestão escolar?
- 15-Qual a principal função do gestor junto as escolas?

16-Na escola existe diálogo entre alunos e gestores, ou essa comunicação só se dá entre os mesmos e os docentes?



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA - UNILAB
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – IEAD.

ANEXO A- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre “A análise das dificuldades de aprendizagem das crianças em situação de vulnerabilidade na escola E.M.E.F Azarias fernandes no Município de Piquet Carneiro”, está sendo desenvolvida por Maria Noima do Nascimento acadêmica do Curso de Bacharelado em Administração Pública na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. O objetivo do estudo é: Analisar a situação de de vulnerabilidade das crianças em situação de vulnerabilidade e as possíveis providências do gestor público na esfera administrativa

Solicito a sua colaboração para a realização de uma entrevista com perguntas subjetivas que serão áudio-gravadas. A pesquisadora tratara sua identidade com total sigilo e todas as informações que o senhor (a) fornece serão utilizadas somente para fins de pesquisa. Seu nome e/ou material que indique sua participação não serão liberados sem sua permissão.

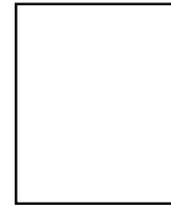
Informamos que essa pesquisa por ser uma entrevista pode trazer algum desconforto do tipo medo e/ou vergonha para o entrevistado. O tipo de procedimento apresenta um risco mínimo que será reduzido mediante sigilo absoluto de sua identificação. Espera-se como benefício com esse estudo : fornecer base para implementação de políticas públicas que garantem o aprendizado ás crianças que vive em situação precária.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela Pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Assinatura da pesquisadora responsável

Considerando, que fui informado (a) do objetivo do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo e de que posso desistir do mesmo a qualquer momento, declaro o meu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO em participar da pesquisa. Estou ciente que recebi uma via desse documento.

Piquet Carneiro, _____ de _____ de _



Assinatura do (a) participante

Impressão dactiloscópica

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, entrar em contato com a pesquisadora. Telefone: (88) 996553323, E-mail: marypc.noima@outlook.com